

Com Luís Filipe
Gonçalves Mendes

Gentrificação e turistificação em Lisboa

da financeirização das políticas urbanas à luta urbana

Alfama, Lisboa, 2018. De longe é possível escutar o ruído das malas que se arrastam pela rua dos Remédios, assim como a conversa em alemão daqueles que buscam pelas ruelas o alojamento que servirá de morada provisória durante sua estadia. Antes deles, turistas italianos haviam passado a bordo de um *tuk-tuk* e um grupo de espanhóis percorria o bairro na companhia de um guia. Se antes a invasão de turistas era sentida apenas no período das férias de verão europeias, hoje a multidão de visitantes faz parte do cotidiano do tradicional bairro lisboeta, que se transforma para recebê-los. Os antigos casarios foram reformados e adaptados para o alojamento turístico, as tradicionais tascas passaram a apresentar o menu em diversos idiomas, os mercadinhos locais começaram a aceitar cartão de crédito de bandeira internacional e as lojinhas de *souvenir* se multiplicaram.

Só no ano de 2017, Lisboa recebeu mais de 4,5 milhões de turistas,

feito que foi comemorado pelos investimentos que atraiu, pelos empregos que gerou e pelas oportunidades de negócio que promoveu. Nem todos, no entanto, parecem estar satisfeitos com a situação. Entre os descontentes, se destacam aqueles que, depois de décadas morando e trabalhando nos bairros históricos e centrais, se veem obrigado a entregar suas casas e seus negócios para os turistas e investidores estrangeiros. A insatisfação é percebida nas conversas cotidianas, nas palavras de ordem grafadas nos muros – “*Stop Despejo*” e “*Tourist go Home*” – e nas denúncias da população autóctone veiculadas nos meios de comunicação.

Para conversarmos sobre o fenômeno que assola diversas capitais turísticas do mundo, o pesquisador Luís Felipe Gonçalves Mendes do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa nos recebeu no seu gabinete no dia 20 de julho de 2018. Com uma larga experiência em pesquisas sobre gentrificação, regenera-

Luís Mendes

Licenciado em Geografia e mestre em Estudos Urbanos pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Luís Mendes atuou como Assistente Convidado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (2005/2006), na Escola Superior de Educação de Lisboa (2010/ atual) e no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL) (2012/ atual). Desde 2003, exerce funções de investigador permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG/UL) do IGOT-UL, onde tem desenvolvido investigação nos domínios dos Estudos Urbanos (nomeadamente na gentrificação, regeneração urbana e turistificação), da Didática da Geografia e das Metodologias do Ensino e Aprendizagem da Geografia. É autor de artigos, comunicações, capítulos de livros, pareceres e relatórios técnicos. Em 2005, teve a qualidade de seu trabalho reconhecida pela Associação Portuguesa de Geógrafos com a entrega do Prémio Amílcar Patrício.

luis.mendes@campus.ul.pt

ção urbana e turistificação e uma ativa participação em movimentos sociais que lutam pelo direito à habitação e à cidade, o geógrafo apresenta ao público brasileiro uma análise rigorosa sobre as dinâmicas do capitalismo global, os efeitos locais da gentrificação turística e as possibilidades de luta e de resistência. As ilustrações, por sua vez, foram cedidas por coletivos atuantes na cidade – Habita, Morar em Lisboa, *Stop Despejo* e Lisboa *Does Not Love* – ou capturadas pelo entrevistador.

EIXO 1: A CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA, A VIRADA NEOLIBERAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS

H - Os primeiros sintomas da crise do Estado providência português foram sentidos já nas décadas de 1980 e 1990. Com a crise do capitalismo financeiro de 2008-2009, renovados ataques foram lançados com o Plano Troika [acordo firmado em 2011 entre o Estado português e o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, como condição necessária para o empréstimo de oito bilhões de euros]. Apesar disso, Portugal é celebrado internacionalmente como um dos países que conseguiu construir uma saída alternativa para a crise, aliando crescimento econômico e bem-estar social. Como o pesquisador interpreta essa leitura otimista, sobretudo quando pensamos a produção de políticas urbanas?

L – Sempre com o olhar crítico. A crise do Estado providência que se iniciou nos anos 1980 e 1990 e se prolongou para o século XXI já não é a mesma crise que temos no pós-crise capitalista dos anos de 2008-2009, que chamo de período da austeridade. E isso marca também, de uma forma estrutural, a produção das políticas urbanas. Se olharmos os pacotes de legislação de reabilitação urbana até o início do século XXI, por exemplo, percebemos que eles protegem o inquilinato e o bem-estar social das populações, mantendo as pessoas nos bairros. Quando se olha para a evolução dessas políticas, sobretudo a partir de um decreto de 2004¹, que institucionaliza a criação das

sociedades de reabilitação urbana, temos o ponto de inflexão neoliberal. É nesse momento que temos uma verdadeira abertura ao mercado de habitação, com uma visão de competitividade e pró-mercado, com uma maior promiscuidade na relação entre o Estado e o mercado e com a criação de parcerias público-privadas.

Já não se tem só uma crise do Estado providência, mas a mobilização do Estado capitalista de uma forma estratégica para garantir um intervencionismo seletivo que apoia os mecanismos do próprio mercado. É um engodo, uma armadilha, se referir às ofensivas neoliberais como um recuo do Estado. Na verdade, o que a ofensiva neoliberal produz é a penetração, desde o nível das estruturas até o da vida cotidiana, do argumentário da competitividade, do empreendedorismo e da cidadania participativa numa lógica produtivista não emancipatória.

Relativamente ao que você me pergunta, o crescimento está se fazendo à custa de setores que podem assumir um crescimento excessivo com características predatórias, especulativas. É positivo a atração de investimento para a reabilitação do parque imobiliário, a dinamização do mercado de arrendamento e o incentivo do turismo, mas é importante perceber que se fizermos sem regulação haverá consequências sociais, que atingem a população sobretudo mais vulnerável.

H - Você tocou num ponto central, que é a virada neoliberal que atinge o mercado de habitação e uso do solo urbano. Se desde a década de 1970 a legislação portuguesa era marcada pelo forte controle do mercado de arrendamento e preocupação social nas políticas de reabilitação social, o século XX fica conhecido pelas medidas que contribuíram para a sua desregulamentação e financeirização. Você poderia falar um pouco mais sobre essa tendência?

L - Há uma mudança. Pode-se dizer que, nos fins da década de 1990, tínhamos as raízes do urbanismo neoliberal, sobretudo quando pensamos na ideia de democratização da aquisição da casa própria, que, debaixo do chapéu do direito humano, promove a multiplicação de proprietários privados da terra. Aqui é interessante pensar como que neoliberalismo faz uso

nas Históricas e de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística, foi criado com o objetivo de estimular a requalificação de edifícios nos centros históricos via atração de capitais privados, permitindo a formação de um verdadeiro mercado nacional de reabilitação.

¹ O decreto-lei nº 104, de 7 de maio de 2004, por meio do Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana de Zo-

da noção de direito humano e urbano para fazer valer os seus interesses, destruindo e desmembrando de forma estratégica e inteligente as lutas coletivas e engajando o trabalhador com a lógica financeirizada. Esse tipo de urbanismo da década de 1990, no entanto, respeitava o direito à habitação, o despejo era proibido e as rendas eram atualizadas levando em conta a inflação.

Eu acredito que temos a partir de 2004 e, de forma ainda mais evidente, com o Novo Regime de Arrendamento Urbano de 2012², uma virada neoliberal, com o desprezo total pelos direitos sociais e urbanos e com a própria soberania nacional. Estamos falando de uma norma transnacional que não passa pelo sufrágio da população portuguesa e que acaba por produzir um urbanismo austeritário, como diria o Jamie Peck. Ou seja, um urbanismo que não tem qualquer respeito pelo direito à habitação, mas é profundamente inteligente geograficamente ao fazer uso de uma política de escala que permite agarrar e reproduzir os interesses globais do grande capitalismo globalizado. Ele consegue engajar as autarquias municipais em lógicas de atração de investimento estrangeiro. O que nós temos como resultado dessa base gestonária da administração urbana é um conceito de direito à habitação totalmente esvaziado de qualquer conteúdo social ou cívico, se transformando em um mero ativo financeiro.

H - Para pensarmos nesse reescalamento e na transformação da habitação em ativo financeiro, duas políticas nacionais são essenciais: o *Golden Visa*³ e autorização para residentes não habituais⁴. São políticas que respondem ao interesse nacional de atração de investimentos estrangeiros e que têm efeito na dinâmica local do mercado de habitação.

L – Exatamente, esse é o melhor exemplo. São dois programas fiscais cujo objetivo é dinamizar as finan-

2 Aprovado em 2012, o Novo Regime de Arrendamento Urbano introduziu medidas destinadas a desbloquear e dinamizar o mercado de arrendamento, impondo mecanismos agressivos de atualização das rendas e facilitando os processos de despejo.

3 Implementado em 2012, o programa *Golden Visa* permite que investidores estrangeiros não integrantes da União Europeia obtenham uma autorização de residência no país por meio de investimentos imobiliários.

4 Em vigor desde 2009, o regime fiscal para residentes não habituais atribui uma série de vantagens tributárias aos profissionais não residentes que solicitam residência fiscal no país.

ças por meio do setor imobiliário, contribuindo com a financeirização da habitação e o próprio reescalamento. Eu queria recordar que quase todos os países da economia europeia têm esse tipo de programa, a grande diferença é que os nossos são os mais abertos e flexíveis do continente. A própria Comissão Europeia tem começado a prestar atenção no caso português, porque isso fere princípios concorrenciais entre países.

Eu também não posso deixar de falar que, com exceção de Atenas, a Lisboa de quatro anos atrás era a cidade europeia com maior número de edifícios devolutos e em avançado estado de degradação e conservação. Situação que mudou drasticamente com esses programas, que foram efetivamente positivos na reabilitação do patrimônio, coisa que o Estado sozinho não teria capacidade de fazer, mas, por outro, geraram distorções estruturantes no mercado de habitação. Quando temos casas valorizando 40% ou 50% num prazo de dois anos, isso coloca problemas de acesso a população portuguesa. O próprio ambiente construído da cidade de Lisboa torna-se vantajoso e estratégico para o investimento global, fazendo com que se descole de sua base local e nacional para se tornar um nó do espaço rede global. Lisboa não está competindo com nenhuma outra cidade do território nacional, mas com outras capitais do mundo.

Ao meu ver, mais do que o turismo, os programas fiscais de atração de investimento, a nova lei das rendas, as isenções fiscais aos fundos de bens imobiliários e o tremendo *rent gap*⁵ que temos na cidade são as causas estruturais do que está a acontecer. Ou seja, desalojamentos diretos e indiretos, expulsando e impedindo que determinada classe acesse o mercado de habitação.

H - No Brasil, a ruptura democrática e ascensão ao poder de um governo menos ambíguo em relação a seu alinhamento com o capital financeiro produziram mudanças legislativas decisivas para um aprofundamento da lógica financeira nas cidades. O que diversos investigadores interpretam não como uma descontinuidade, mas como a radicalização de um processo já em vigor no

5 O princípio do *rent gap* – exploração da mais-valia resultante da diferença entre a renda capitalizada real e a renda potencial – nos bairros centrais da cidade foi largamente estudado por Neil Smith, que entende que o fenômeno é inerente à lógica de reprodução do capital, que faz uso da desvalorização periódica do espaço construído para garantir um permanente fluxo de investimento e valorização do capital.

governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Em Portugal, que desde 2015 é liderado por uma aliança entre partidos de esquerda, esse processo tende a se inverter. Como o pesquisador percebe a relação de governos de esquerda com a lógica neoliberal de construção das cidades?

L – Quando olhamos para os pacotes que estão na base desse urbanismo austeritário, vemos que eles tiveram origem no governo de direita anterior, que esteve subjugado aos interesses de intervenção externa da Troika. O que está acontecendo agora é que os impactos econômicos começaram a se verificar na primeira metade da legislatura atual que une Partido Socialista, Partido Comunista e Bloco de Esquerda, formando uma maioria de esquerda no parlamento. Grupo político que precisa enfrentar o imperativo social de regular o que está a acontecer e mitigar os efeitos sociais nefastos que essa ofensiva neoliberal, criada no governo anterior, está a trazer.

Essa regulação, no entanto, parece estar mais presente no discurso que na prática e essa é a sua principal contradição. Se bem que, nas últimas semanas, assistimos a iniciativas bastante radicais, como a moratória contra os despejos para pessoas com mais de 65 anos e com quinze anos de contrato de arrendamento. Outra coisa que está sendo discutida é a possibilidade da requisição civil por parte dos municípios dos edifícios privados que estejam devolutos. Ou seja, o município se apropriaria de propriedade privada para colocar à disposição da população local e fazer cumprir a função social da propriedade. Ora, isso é bastante radical na luta pelo direito à habitação em Portugal, já sendo algum tipo de conquista no campo da regulação.

EIXO 2: O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO TURISMO E SEUS IMPACTOS

H - Pensando na centralidade que as atividades turísticas passaram a ocupar nos discursos sobre o desenvolvimento e dinamização da economia nacional e local, Lisboa é certamente um dos melhores exemplos no país de uso do seu patrimônio edificado para aquecer o mercado imobiliário e, com isso, atrair negócios e investidores ligados ao setor do turismo. Que fatores e medidas tornaram essa cidade tão

atraente para esse tipo de investimento?

L – Superficialmente, eu diria que essa atração tem que ver com as condições climáticas, sociais e culturais que a cidade projeta internacionalmente para o turista, o futuro residente e o investidor. Tem o patrimônio, a culinária, o baixo poder de compra local e uma excelente rede de transportes e de comunicação. Além da divulgação de plataformas *peer-to-peer* – como o Airbnb e o Booking.com –, que permitem a eliminação da intermediação da agência turística, a proliferação de companhias aéreas *low cost* e as campanhas publicitárias da cidade.

Mas esses fatores, no meu ponto de vista, são superficiais. Os verdadeiros fatores são aqueles que já falamos: a nova lei das rendas, a ação dos fundos imobiliários, a capitação de investimento estrangeiro por meio de um pacote fiscal e do *rent gap* fenomenal que o parque imobiliário do centro da cidade oferece.

H - Pensando agora nos impactos da atividade turística na cidade, para caracterizar seus efeitos, você tem mobilizado o conceito de gentrificação turísticas. O que há de novo nesse processo, quando comparado com o já largamente estudado fenômeno da gentrificação no setor residencial?

L – A gentrificação tem conhecido uma evolução ao longo do tempo. Em Lisboa tínhamos o que eu designo como gentrificação marginal, um processo pontual, fragmentado e de escala local, em que os *gentrifiers* conviviam com a população dos bairros tradicionais. Havia uma substituição social no território, que eu identifiquei nos meus primeiros trabalhos ainda na licenciatura, mas muito menos intensa. Hoje se tem uma gentrificação mais agressiva, uma supergentrificação, que assume não só as características de uma agressiva substituição de uma população mais pobre por uma classe mais rica, mas responde aos interesses mais altos do capitalismo financeirizado. Os agentes e os atores que são protagonistas dessa gentrificação são em todo diferente daqueles que tínhamos na gentrificação marginal.

Também se fala de uma turistificação, que não é só a expansão do turismo, mas o fenômeno do domínio hegemônico do turismo na economia e na sociedade de um determinado território, ao ponto de criar uma economia monofuncional. E isso representa um risco para a resiliência dos bairros históricos e de suas comunidades. Não falo apenas da resiliência econômica, mas social, no sentido de não apenas manter-

mos as comunidades vivas, mas também a sua identidade, a sua memória e as suas tradições. É claro que não podemos deixar de considerar que a cidade não é estática, mas dinâmica, no entanto, não podemos naturalizá-la, entendendo tais dinâmicas como expressão do capitalismo financeirizado que responde ao modo de produção econômico dominante.

Mas vamos ao que perguntaste. Percebeu-se que a gentrificação e o turismo estavam associados na realidade empírica, mas teoricamente andavam divorciados. O conceito gentrificação turística, cunhado pelo Kevin Gotham, designa exatamente isto, uma retroalimentação entre os dois fenômenos: a transformação dos bairros populares e históricos do centro da cidade em locais de consumo e turismo, pela expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico/arrendamento de curta duração que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento em longo prazo e o comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial. Os bairros são esvaziados da sua população original ou impede-se a população de baixo estatuto socioeconômico de aceder à habitação nessas áreas, colocando em risco a sustentabilidade social do centro histórico, à medida que parecem perder o tecido social e econômico que lhe conferia identidade, memória.

Se quiser, posso falar dos impactos mais diretos da gentrificação turística...

H - Sim, por favor...

L – Além dos impactos já mencionados, como os despejos e a substituição do comércio local de proximidade, temos efeitos na produção massificada de resíduos, que a nossa estrutura de recolha não está adaptada. Há também o aumento da poluição sonora, saturação da rede de transporte e a quebra dos ritmos locais, que afetam a qualidade de vida dos bairros. O que fica evidente em manifestações de cansaço, desilusão e saturação da população local, observável nas conversas cotidianas ou nas mensagens contra a atividade turística massificada escritas nos muros desses bairros.

H - Sob a designação de “economia colaborativa”, as plataformas on-line de aluguel temporário de quarto e de apartamento - Airbnb, Windu, Homeaway etc.- se apresentam como alternativa ao alto custo da moradia nos centros urbanos e a perda do poder

aquisitivo de seus moradores, já que estes poderiam aumentar seus rendimentos alugando temporariamente seus imóveis ou parte deles. No entanto, estudos recentes vêm apontando os efeitos gentrificadores desse tipo de atividade, como que você percebe esse fenômeno e as possibilidades de enfrentamento?

L – As plataformas do tipo *peer-to-peer* são bem representativas do conflito e da dialética entre a localização e a globalização na indústria turística. O turismo é uma força global, mas sempre precisa de recursos locais. O Airbnb surgiu com a ideia de uma economia de partilha, que, efetivamente, permitiu que muitas famílias portuguesas conseguissem resistir à crise com o rendimento do aluguel. O problema é a ausência do proprietário nos imóveis, que se torna um operador do alojamento local numa espécie de microcapitalismo rentista.

Ao meu ver, as plataformas, do ponto de vista do tecido social e cultural, têm uma influência muito grande. Isso é um convite para que o proprietário explore sua habitação no sentido de uma atividade que é predatória e especulativa, já que desvia a oferta da habitação de longa duração para o alojamento turístico, agravando as distorções no mercado de habitação. O que tem um peso ao nível das subjetividades políticas, porque os indivíduos passam a lubrificar o mecanismo desse capitalismo rentista. É um processo que produz mais atores econômicos e proprietários e menos atores sociais, políticos e coletivos, pois colocam as pessoas numa lógica de competitividade e não de colaboração. E isso é muito interessante, pois o neoliberalismo não apenas comanda os grandes interesses globais, mas consegue penetrar e permear nos níveis mais básicos do cotidiano e de apropriação do espaço urbano. É um processo radical de infiltração e aproveitamento intersticial de tudo que potencialmente pode ser emancipatório e coletivo, sendo completamente cooptado por interesses dominantes na lógica capitalista. Para mim, isso é uma revolução, o clique que faz com que o reescalamento atinja o máximo de sua perversidade.

EIXO 3: O SABER ACADÊMICO, A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DISPUTA NA ARENA POLÍTICA

H - Como você argumentou, Lisboa passa por um momento em que

o incentivo à atividade turística vem sendo apontado como via “inevitável” e “natural” tanto para a recuperação econômica nacional como para uma classe média proprietária e economicamente enfraquecida. O que torna estudos como o seu um recurso fundamental no enfrentamento da retórica dominante. Como que você percebe a articulação dos estudos acadêmicos com os coletivos de luta pelo direito à cidade e à moradia?

L – O papel da universidade subdivide-se em dois campos. O primeiro campo tem a ver com o parecer científico, as universidades são chamadas para produzir estudos e dar pareceres livres para informar a tomada de decisão política. O que já nos coloca diante de um grande problema: existe uma grande ausência de estudos rigorosos suportados por realidades empíricas e uma boa teoria, o que acontece porque não há relatórios estatais com escala fina e suficientemente pertinentes para nos permitir fazer uma leitura mais rigorosa da realidade. Há muitos trabalhos que estão estudando cientificamente as mudanças, mas eles acabam sendo muito locais e pontuais e, portanto, não têm um verdadeiro valor estratégico na produção de conhecimento direcionado para as políticas públicas. São sempre indicadores que não nos dão ideia das tendências na escala da cidade, mas num bairro. Há também uma falta de transparência de alguns dados, como os números relativos aos *Golden Visa*, que não são fornecidos pelas agências que produzem os relatórios sobre a questão.

Num segundo campo, a comunidade científica tem o papel de aliar-se à luta ativista e dos movimentos sociais. Na comunidade científica de Lisboa posso dizer que são poucos os pesquisadores que entram nessa lógica da investigação-ação, contribuindo por meio dos seus trabalhos acadêmicos com a construção de estratégias de ação transformadora sobre a realidade. Sendo que não há aqui uma visão unilateral. Não é a academia que instrui ou explica aos movimentos sociais o que eles têm que fazer, há uma dialética muito interessante entre esses dois campos de ação. Há um movimento duplo, os movimentos se beneficiam do saber produzido pela reflexão teórica e os investigadores acadêmicos se beneficiam do saber e da prática que os movimentos produzem, gerando uma aprendizagem coletiva.

Alguns acadêmicos são também ativistas, como é o meu caso, o que acaba muitas vezes gerando questionamentos sobre o meu *habitus* acadêmico. Quando nós sabemos que a ideia do conhecimento científico neutro é falsa, sendo o papel do próprio pesquisador

criticar a realidade no sentido de transformá-la. Essa ligação com o ativismo, de acordo com a visão hegemônica de ciência, acaba por ser promíscua, como se a objetividade fosse com isso toldada. Eu acredito no princípio da objetividade, mas não da neutralidade, que é uma falsa questão.

H - Nos últimos anos, a capacidade dos movimentos sociais locais, do meio universitário e da sociedade civil de sensibilizar os poderes locais e nacionais tem se intensificando. Não por acaso, foi lançado um pacote de medidas com o objetivo de responder às suas denúncias: a formação do Fundo Nacional de Reabilitação Urbana, a aplicação de Taxa Turística e, mais recentemente, o programa Renda Acessível e suspensão temporária de parte dos despejos até a votação de uma nova legislação de arrendamento e do alojamento local. Você acha que essas medidas são suficientes para enfrentar o problema?

L – Eu penso que ainda precisamos de muitas outras medidas. Entre as que já foram aprovadas, a mais radical é a moratória contra os despejos das pessoas com mais de 65 anos e quinze anos de casa, mas ela só dura até março próximo. Para conseguirmos ter uma verdadeira regulação, o governo nacional e as autarquias locais precisam ser chamados para tomarem as rédeas do processo. As medidas de hoje apenas beliscam o mercado, criando alguma regulação, mas ainda muito diminuta. Quando pensamos na elaboração de uma nova geração de políticas de habitação e da lei de base de habitação, que Portugal não tem, percebemos, por exemplo, que o financiamento está totalmente minado pelo setor privado. O Estado não assume a alocação de recursos substanciais para programas públicos de construção e reabilitação de habitação urbana. Quando eu leio as entrelinhas da nova legislação, eu questiono o papel do Estado como regulador, mas também como executor de políticas de habitação.

Por outro lado, há uma série de pacotes legais que precisam ser revogados urgentemente, como o *Golden Visa*, o de Residentes não Habituais, o pacote que beneficia os fundos de investimentos imobiliários e a lei de rendas, que já está sendo modificada. Não estou apelando para uma reforma urbana, mas para que o direito constitucional para a habitação seja materializado na vida da população. Embora veja com bons olhos todas as iniciativas recentes, que provavelmente não existiriam em um governo de direita, eu não

acho que elas são suficientes para barrar a ofensiva neoliberal.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SUGERIDA DO AUTOR

MENDES, L. “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo aus-

teritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009”, **Cadernos Metrópole**, vol. 19, n.º 39, 2017.

_____ “Manifesto antigentrificação redux”, Revista do Niep – **Marx e Marxismo**, vol. 5, n.º 9, 2017.

_____ “Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese *rent gap* de Neil Smith”, **Cadernos Metrópole**, vol. 16, n.º 32, 2014. ■

Sobre o entrevistador:

Heitor Vianna Moura é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e doutorando em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com passagem pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Nota:

As imagens (p.72) foram generosamente cedidas pelos coletivos *Habita, Morar em Lisboa, Stop Despejo* e *Lisboa Does Not Love*, atuantes na luta pelo direito à moradia em Lisboa, ou capturadas pelo entrevistador durante sua pesquisa de doutorado na cidade.

